ISSN: 2358-8829

A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE A OBSERVAÇÃO, OS REGISTROS E A CONSTRUÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Rutibele da Silva Oliveira Araújo [1]
Marcelly Pereira Leal Guimarães [2]

INTRODUÇÃO

A avaliação no âmbito da Educação Infantil tem sido objeto de intensas e profundas discussões acadêmicas, políticas e pedagógicas nas últimas décadas, impulsionada pela imperiosa necessidade de superar definitivamente modelos tradicionais engessados, pautados na mensuração do desempenho, na classificação hierárquica, na rotulagem e na comparação entre as crianças pequenas. Diferentemente do que ocorre nas etapas posteriores da Educação Básica, o acompanhamento do desenvolvimento infantil não deve perseguir metas de promoção, retenção ou aferição de conhecimentos estáticos. Pelo contrário, a avaliação na primeira infância precisa assumir um caráter eminentemente processual, formativo, contínuo, acolhedor e contextualizado, centrado na observação atenta, no acompanhamento sensível das vivências cotidianas, nas interações sociais, nas brincadeiras, nas descobertas e nas modalidades singulares e diversas de expressão das crianças. Nesse cenário transformador, a documentação pedagógica emerge como uma estratégia indispensável para tornar visíveis os percursos de aprendizagem, qualificar a prática docente e orientar o planejamento educacional.

Documentar pedagogicamente significa ir muito além de simplesmente acumular materiais ou produzir relatórios burocráticos ao final dos períodos letivos. Trata-se de um ato intencional e sistemático que envolve observar criticamente, registrar de forma multifacetada, interpretar reflexivamente e compartilhar as experiências vividas individual e coletivamente no cotidiano da instituição escolar. Os registros escritos de observação, as fotografias, as gravações em áudio e vídeo, os portfólios, as produções plásticas, os desenhos e os relatos das falas infantis deixam de representar meras evidências formais de atividades cumpridas para se constituírem como potentes instrumentos de investigação pedagógica. Esses recursos revelam com riqueza de detalhes como as crianças pensam, constroem hipóteses, investigam a realidade, interagem

1 Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) rutitutes@gmail.com
2 Pós Graduada pelo Curso de Coordenação Pedagógica, Universidade Facuminas- marcellyalysson@gmail.com

com seus pares e elaboram significados sobre o mundo que as cerca, garantindo o respeito aos seus tempos e interesses.

Apesar dos significativos avanços normativos e teóricos observados no cenário educacional brasileiro, ainda persistem no cotidiano das escolas infantis certas práticas avaliativas empobrecidas e mecanicistas. Muitas vezes, os registros são concebidos apenas como obrigações administrativas ou rotinas cartoriais desvinculadas de uma efetiva reflexão crítica sobre o fazer pedagógico. Quando a documentação é reduzida a essa dimensão formalista, esvazia-se o seu potencial de atuar como ferramenta de análise do desenvolvimento infantil e de aperfeiçoamento contínuo do trabalho do professor, impedindo que os dados observados subsidiem decisões educativas mais conscientes e adequadas às necessidades de cada turma.

Ao conceber a documentação pedagógica como parte integrante e viva do processo avaliativo, o educador amplia substancialmente sua capacidade de escutar e interpretar as aprendizagens das crianças, reorganizar arranjos espaciais e temporais e construir intervenções mediadoras significativas. Além de qualificar a práxis docente, os registros documentais fortalecem o diálogo transparente e parceiro com as famílias, tornando visíveis as conquistas e os caminhos percorridos pelos pequenos e favorecendo uma compreensão compartilhada e colaborativa sobre o desenvolvimento humano na infância.

Frente a esse panorama reflexivo, o presente artigo tem como objetivo central refletir sobre a documentação pedagógica como instrumento de avaliação na Educação Infantil, analisando suas contribuições para o acompanhamento do desenvolvimento infantil, para a qualificação contínua das práticas docentes e para a consolidação de uma avaliação formativa rigorosamente comprometida com a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças. Para alcançar esse propósito, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfico-documental, fundamentada na articulação analítica entre teóricos consagrados da pedagogia da infância e os documentos normativos que regulam a educação em nosso país.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, desenvolvida com o objetivo explícito de analisar a documentação pedagógica enquanto instrumento de avaliação formativa, acompanhamento do desenvolvimento infantil e orientação do planejamento na Educação Infantil. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender criticamente a

complexidade dos fenômenos educacionais, os significados atribuídos às práticas de observação e registro, bem como as concepções de infância e avaliação que sustentam o fazer pedagógico no cotidiano escolar, superando a mera quantificação de dados estatísticos.

Do ponto de vista procedimental, a investigação pautou-se em um levantamento bibliográfico bastante rigoroso, contemplando livros, artigos científicos selecionados em periódicos avaliados por pares, teses, dissertações e produções acadêmicas do campo da pedagogia da infância. O referencial teórico foi constituído a partir das contribuições de autores de elevada expressão na área, com destaque para Loris Malaguzzi, Carla Rinaldi, Luciana Esmeralda Ostetto e Alfredo Hoyuelos. Complementarmente, realizou-se uma análise documental detalhada das diretrizes normativas da educação brasileira, englobando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A seleção do acervo obedeceu a critérios de relevância temática e consistência teórica. O tratamento dos dados fundamentou-se na análise de conteúdo de caráter temático e reflexivo, envolvendo leituras exploratórias, seletivas e interpretativas que viabilizaram a identificação, categorização e síntese das principais convergências conceituais referentes ao papel da documentação pedagógica na observação, no registro, na interpretação e na avaliação formativa na primeira infância.

Todo o processo de elaboração, estruturação e redação deste texto observou estritamente os parâmetros formais estipulados no modelo oficial do Congresso Nacional de Educação (CONEDU). O manuscrito foi organizado em conformidade com as seções padronizadas do evento, assegurando a coerência argumentativa, a precisão nas citações e a observância das normas técnicas da ABNT. Ressalta-se que a apresentação dos Resultados e Discussão foi desenvolvida de maneira integralmente dissertativa e analítica, abstendo-se do uso de quadros, tabelas ou gráficos, em total alinhamento com as diretrizes do congresso.

REFERENCIAL TEÓRICO

A documentação pedagógica tem conquistado uma posição de elevada centralidade e relevância nas discussões contemporâneas sobre a Educação Infantil ao propor e consolidar uma concepção de avaliação que privilegia os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças em detrimento da mera verificação de produtos finais. Longe de se restringir a registros formais elaborados para fins exclusivamente administrativos, burocráticos ou de fiscalização institucional, a documentação constitui um autêntico instrumento de investigação pedagógica.

Ela possibilita ao professor observar com intencionalidade, registrar com sensibilidade, interpretar criticamente e compreender como os pequenos constroem hipóteses, elaboram significados e produzem cultura em suas interações cotidianas no espaço escolar.

A abordagem italiana de Reggio Emilia, idealizada por Loris Malaguzzi (1999), atribui à documentação pedagógica um papel estruturante e ético no trabalho educativo com a primeira infância. Para Malaguzzi, registrar sistematicamente as experiências, falas, produções e ações infantis significa reconhecer a criança como um sujeito ativo, competente, curioso e verdadeiro protagonista de sua própria aprendizagem. Os registros fotográficos, as produções plásticas, os desenhos, as gravações em áudio e vídeo, as transcrições de diálogos e as notas de observação diárias não representam meros enfeites ou ilustrações passivas, mas evidências dinâmicas que tornam visíveis as cem linguagens da criança. Esse acervo de registros possibilita ao educador acompanhar os percursos cognitivos e socioemocionais dos alunos, sustentando intervenções pedagógicas mais qualificadas, respeitosas e desafiadoras no dia a dia da sala de aula.

Carla Rinaldi (2012) amplia e aprofunda essa concepção ao afirmar de forma categórica que a documentação pedagógica não pode ser reduzida a uma simples técnica de coleta de dados ou armazenamento de materiais. Para Rinaldi, documentar envolve uma pedagogia da escuta, um processo permanente e ético de abertura ao outro, de interpretação compartilhada e de construção coletiva de significados. Os registros produzidos no cotidiano escolar funcionam como memórias vivas que permitem a professores, crianças e famílias revisitar as vivências experimentadas, promovendo reflexões contínuas que enriquecem o projeto educativo, valorizam o pensamento infantil e fortalecem a participação democrática de todos os sujeitos envolvidos na comunidade educacional.

Alfredo Hoyuelos (2021), ao analisar a dimensão ética e política do pensamento de Malaguzzi, sublinha que a documentação pedagógica atua como um manifesto de transparência e respeito à infância. Ao tornar visíveis os processos de aprendizagem, a documentação desafia visões adultocêntricas e revela a extraordinária capacidade investigativa das crianças pequenas, exigindo que a instituição escolar se organize em função das reais necessidades, descobertas e potencialidades infantis.

No contexto acadêmico e pedagógico brasileiro, Luciana Esmeralda Ostetto (2017) enfatiza que documentar pedagogicamente exige do professor uma postura de observação atenta e intencional. A autora ressalta a importância de registrar não apenas os resultados finais ou os produtos acabados, mas, fundamentalmente, os caminhos sinuosos, as dúvidas, as descobertas e os percursos singulares percorridos pelas crianças ao longo de suas investigações. Essa abordagem rompe de maneira radical com modelos avaliativos tradicionais pautados na

padronização e na classificação, consolidando uma avaliação genuinamente formativa, comprometida com o acompanhamento contínuo das aprendizagens e com o respeito aos diferentes tempos e ritmos do desenvolvimento infantil.

Ademais, pesquisas recentes ressaltam que o ato de documentar reconfigura a identidade profissional docente, transformando o professor de mero transmissor em um pesquisador contínuo de sua própria prática. Ao systematizar a observação e a interpretação das narrativas infantis, o educador desenvolve uma sensibilidade refinada para captar as teorias provisórias das crianças, reorientando os planejamentos curriculares a partir das reais demandas cognitivas e afetuosas demonstradas pelo grupo no ambiente educativo cotidiano.

Essas consolidadas reflexões teóricas encontram direta e perfeita consonância nos documentos normativos que regulam a Educação Infantil no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) determinam explicitamente que a avaliação nessa primeira etapa da Educação Básica deve ser realizada mediante o acompanhamento e o registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, retenção ou classificação.

Na mesma linha de orientação, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) reforça que o planejamento e a avaliação na Educação Infantil precisam fundamentar-se em observações e registros contínuos que evidencient os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Nesse sentido, a documentação pedagógica consolida-se como um pilar indispensável para a efetivação de uma prática educativa humanizadora, transparente e democrática. Ao conectar teoria, observação, registro e reflexão, o professor transforma a avaliação em um processo investigativo e participativo, apto a assegurar a garantia irrestrita do protagonismo infantil e do desenvolvimento humano integral em todas as suas dimensões cotidianas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reflexão aprofundada da literatura teórica e dos documentos normativos examinados evidencia de forma categórica que a documentação pedagógica ultrapassa a mera função de registro passivo ou arquivamento de atividades, constituindo-se como um potente instrumento de avaliação formativa e de reorientação permanente da prática educativa na Educação Infantil.

Os resultados analíticos indicam que a observação sistemática e intencional, associada ao registro diversificado de imagens, produções escritas, relatórios narrativos e transcrições de falas infantis, possibilita ao professor conhecer com profundidade os processos cognitivos,

socioemocionais e criativos das crianças. Em vez de avaliar os alunos a partir de padrões homogeneizadores ou gabaritos pré-estabelecidos, a documentação pedagógica permite mapear as hipóteses provisórias, os interesses emergentes, as estratégias de resolução de conflitos e as modalidades singulares de investigação de cada criança. Esse acompanhamento sensível e contínuo oferece ao educador subsídios consistentes para planejar intervenções pedagógicas mais coerentes, qualificadas e ajustadas às necessidades reais do grupo, superando definitivamente os modelos tradicionais de avaliação focados na verificação pontual de produtos organizados e padronizados no cotidiano da escola.

Outro achado de elevada relevância refere-se ao impacto direto da documentação pedagógica no fortalecimento da prática reflexiva do professor. Ao revisitar, analisar e interpretar os registros produzidos no cotidiano escolar, o educador assume uma postura de pesquisador de sua própria práxis. Esse exercício de autoavaliação permite identificar avanços, reconhecer fragilidades metodológicas, reavaliar a organização dos espaços e tempos, e reorganizar o planejamento pedagógico de forma dinâmica. A avaliação, nesse contexto, deixa de ser um momento estático e burocrático para se transformar em um processo investigativo e espiralado de aprendizagem docente contínua no ambiente educacional.

A discussão dos dados destaca ainda o papel fundamental da documentação na promoção e visibilidade do protagonismo infantil. Ao valorizar as narrativas, os desenhos e as diferentes formas de expressão das crianças, a instituição escolar reconhece a criança como um sujeito ativo e produtor de cultura. A avaliação passa a focar as conquistas, as descobertas e as potencialidades demonstradas ao longo dos percursos individuais e coletivos, e não as eventuais lacunas ou ausências. Esse olhar respeitoso fortalece a autoimagem, a autoestima e a autoconfiança das crianças pequenas no cotidiano.

Ademais, constata-se que o compartilhamento periódico desses acervos documentais no ambiente escolar estimula a constituição de uma comunidade de aprendizagem colaborativa entre os próprios educadores, favorecendo a troca de saberes pedagógicos e a avaliação coletiva do projeto político-pedagógico da instituição.

Além disso, os resultados demonstram que a documentação pedagógica constitui uma ponte essencial para o fortalecimento do diálogo entre a escola e as famílias. Ao compartilhar portfólios, painéis documentais e relatórios narrativos que tornam visíveis as aprendizagens e os processos de desenvolvimento das crianças, a instituição aproxima os responsáveis do cotidiano pedagógico. Esse compartilhamento transparente favorece a construção de uma relação de parceria, confiança e colaboração mútua, ampliando a compreensão da família sobre o valor educativo das brincadeiras, das interações e das experiências vivenciadas na Educação Infantil.

Por fim, os achados comprovam que a documentação pedagógica atua como um recurso de promoção da equidade e da garantia dos direitos de aprendizagem assegurados pela Base Nacional Comum Curricular e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ao acolher a diversidade de ritmos e linguagens, a prática documental consolida um projeto pedagógico inclusivo, democrático e profundamente humanizador em todas as redes de ensino do nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas e consolidadas ao longo deste estudo reiteram de modo inequívoco que a documentação pedagógica constitui um instrumento vital, insubstituível e altamente qualificador para a avaliação na Educação Infantil. Superando definitivamente práticas tradicionais e ultrapassadas pautadas na classificação, na comparação, na rotulagem ou na simples cobrança burocrática de relatórios formais, a documentação se consolida como uma práxis investigativa, ética e profundamente humanizadora. Ela possibilita acompanhar os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de maneira contínua, sensível, contextualizada e rigorosamente alinhada às especificidades e necessidades singulares da primeira infância.

Verificou-se que documentar pedagogicamente exige do professor uma postura permanente de escuta, observação atenta e reflexão crítica. Ao registrar as interações, as brincadeiras, as falas, as produções plásticas e os caminhos de descoberta percorridos pelos pequenos, o educador constrói memórias pedagógicas vivas que tornam visíveis as cem linguagens e o protagonismo infantil. Essa prática transforma a avaliação em um processo genuinamente formativo, centrado na compreensão dos caminhos percorridos pelos alunos e não apenas na verificação estática de produtos ou desempenhos finais no ambiente educacional.

Os achados deste trabalho evidenciam igualmente que a documentação pedagógica exerce uma tríplice função transformadora no ambiente escolar: qualifica a práxis docente ao fomentar a autoavaliação e o replanejamento constante da ação educativa; fortalece a parceria democrática entre a escola e as famílias ao dar visibilidade transparente às conquistas das crianças; e assegura o respeito irrestrito às singularidades, ritmos e direitos de aprendizagem na infância. Ao conectar a teoria pedagógica à prática diária, o ato de documentar reconfigura a identidade do professor, alçando-o à condição de pesquisador do cotidiano escolar.

Conclui-se, portanto, que a consolidação da documentação pedagógica como política e prática avaliativa na Educação Infantil requer investimentos contínuos na formação inicial e

permanente de educadores e gestores, bem como a garantia de tempos e espaços institucionais organizados e dedicados à análise, interpretação, discussão coletiva e socialização dos registros produzidos pelas equipes docentes no dia a dia da instituição. Essa valorização garante que a avaliação dialogue diretamente com as diretrizes normativas da Base Nacional Comum Curricular e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Ao valorizar as múltiplas formas de expressão infantil e reconhecer a criança como sujeito ativo e titular de direitos, a documentação pedagógica reafirma o compromisso ético, político e científico da instituição escolar com a construção de uma educação pública inclusiva, democrática, acolhedora e profundamente respeitosa de toda a plenitude humana na infância contemporânea. Por fim, ressalta-se que as reflexões articuladas neste estudo não pretendem de modo algum esgotar o tema, mas sim estimular novas investigações acadêmicas e pesquisas empíricas sobre os desafios, dilemas e possibilidades da documentação em diferentes contextos educativos e sociais do nosso país

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

MALAGUZZI, Loris. **Histórias, ideias e filosofia básica**. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Org.). *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira infância*. Porto Alegre: Penso, 2016.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas: Papirus, 2017.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOYUELOS, Alfredo. **A ética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi**. Porto Alegre: Penso, 2021.